

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

Plano Colômbia

Daiane Moura de Aguiar¹ Karen de Britto Lima Heck²

1. Introdução

O conflito interno que beira a guerra civil na Colômbia pode afetar todos os países da América Latina, além de outros países de importante expressão no cenário mundial, como é o caso dos Estados Unidos. As relações são ainda mais estreitas entre a Colômbia e os Estados Unidos devido à questão do narcotráfico, que movimenta tanto a economia mundial como os esquemas de segurança interna e internacional, além de condicionar dinâmicas de políticas públicas, em especial, as sanitárias.

As conseqüências decorrentes das ações colombianas, isto é, militarização das fronteiras, fumigações aéreas, entre outras medidas do Plano Colômbia, não comprometem unicamente o Estado equatoriano – que apresentou uma queixa contra a Colômbia perante a Corte Internacional de Justiça, mas também os países vizinhos, devido, principalmente, ao deslocamento da população civil (em sua maioria camponeses) para suas zonas urbanas e rurais gerado pelas fumigações aéreas; aos Estados Unidos, que tem grande interesse na solução do problema do narcotráfico colombiano; e a ONU, uma vez que o pleito interposto pelo Equador envolve questões relativas aos direitos fundamentais, que por sua vez, tem relevância para toda a humanidade.

Assim, é ingênuo pensar que os atos praticados por um Estado, independentemente de sua posição econômica – embora isso tenha relevância para o grau de impacto aportado às ações – são completamente autônomos e suficientes dentro de uma esfera global.

Cabe refletir até que ponto essa influência é benéfica. Inegável que a integração e a solidariedade entre os povos são elementos essenciais para formação de uma nova ordem mundial, pautada no reconhecimento da pessoa humana como sujeito de direito internacional, na busca pelo respeito à dignidade e a paz universal.

No entanto, imprescindível que ao analisar as ações de cooperação entre Estados, faça-se uma análise crítica dos verdadeiros interesses de cada um dos sujeitos, bem como sua capacidade de argumentação e de imposição de regras, o que implica, igualmente, aferir o poderio econômico e militar de cada país.

¹ Especialista em Direito Processual pela Faculdade de Direito de Santa Maria- FADISMA, Mestranda em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS, Bolsista CAPES/PROSUP, Advogada.

² Graduanda em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS, Bolsista CNPq em Direito Internacional Público.

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

Sob essa perspectiva, pretende-se estudar quais os verdadeiros interesses do governo dos Estados Unidos no conflito armado colombiano. A justificativa atual, que é o combate ao narcotráfico, como forma de combater o terrorismo que pretensamente ameaçaria a democracia no continente americano, soa como superficial, desprovida de uma justificativa plausível.

2. Plano Colômbia

A idéia de Soberania segue atrelada a idéia de que um Estado soberano é aquele que independe de outro Estado no que diz respeito à política. Nesse sentido, a análise que segue a respeito do Plano Colômbia, como já mencionado, põe em cheque a soberania do Estado colombiano frente à ingerência do Governo norte-americano ao incrementar com o apoio do Governo da Colômbia uma recuperação efêmera através do Plano Colômbia.

O Plano Colômbia remonta seu início a idéia do presidente Andres Pastrana³, no intuito de erradicar o narcotráfico e a violência do território colombiano⁴. Todavia, a leitura que realmente veio a solidificar-se em seu desenvolvimento é fadada as atividades belicistas encabeçadas por uma presença permanente de forças militares estadunidenses em território colombiano.

Entretanto, apesar dos efeitos desejados no início de sua implantação e a realidade seguirem um caminho político distante, são eles, por vezes, desconhecidos, sendo necessário remontar o caminho percorrido nos auspícios do Plano Colômbia até o presente. Em meados de 1998 o Plano Colômbia é ventilado pelo então presidente da Colômbia e seu ministro das relações exteriores Augusto Ramires Ocampo, onde, privilegiavam-se negociações com os principais grupos de guerrilheiros do País- Lãs Fuerzas Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) e a Ejército de Liberación Nacional (ELN).

Segundo o pretendido, a partir de um diálogo entre governo e guerrilhas, seria desenvolvido projetos mútuos para a reabilitação das zonas atingidas pela violência e gradualmente à eliminação do cultivo de cocaína e papoula através de atividades econômicas alternativas⁵. Todavia, a pedra de toque de desenvolvimento do plano era o recurso financeiro.

³ Presidente da Colômbia de 1998 até 2002 antecedeu o atual presidente Álvaro Uribe. Foi o responsável pelo início das conversações entre governo e a FARC e os primeiros passos do atual Plano Colômbia.

⁴ NASCIMENTO, Paulo César. **Plano colômbia : perspectivas do parlamento brasileiro**. Brasília: Inesc, 2002. p. 12

⁵ Ibid., p.12

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

Com efeito, as primeiras sinalizações de recursos financeiros partiram justamente do Governo dos Estados Unidos, condicionado evidentemente a uma estratégia extremamente definida no combate ao narcotráfico. Diante da proposta realizada pelo Governo estadunidense o Plano Colômbia é repaginado com a introdução de um enorme componente militar e policial na estratégia antidroga.

Para tanto, é aprovado no congresso americano um pacote de ajuda financeira de US\$ 1,32 bilhão em junho de 2000 sancionado pelo governo Clinton no mês subsequente.⁶ Como decorrência, o Governo colombiano esperava juntamente com o apoio financeiro norte americano a ajuda da União Européia, no valor de 1 bilhão de dólares. Entretanto, o governo da União Européia, diante do rumo militarista que tomou o plano Colômbia, e em fevereiro de 2001, faz com que o parlamento Europeu vote contra o plano Colômbia, soterrando as expectativas do então presidente colombiano Andres Pastrana de angariar fundos significativos junto aos países europeus.⁷

Diante das novas orientações do plano e ao apoio efetivo vindo apenas do governo dos Estados Unidos o Plano Colômbia, na acepção do termo, se torna referência ao pacote financeiro norte americano.⁸ Tanto que, ao divorciar o combate ao narcotráfico do processo de paz entre guerrilha e governo, privilegia o fortalecimento de um aparelho policial e militar notório ao violar direitos humanos que contribui cada vez mais para um caminho rumo a uma guerra civil colombiana.⁹

Sob tal fundamento é possível estabelecer uma relação entre as constatações de ONG's de direitos humanos, como a Human Rights Watch¹⁰, que afirmam que o país possui o pior cenário concernente aos direitos humanos do hemisfério ocidental¹¹ e, de

⁶ Ibid., p. 13

⁷ **Resolução do Parlamento Europeu sobre o "Plano Colômbia" e o apoio ao processo de paz na Colômbia.** Disponível em <http://www.europarl.europa.eu/sides/getDoc.do?pubRef=-//EP//TEXT+TA+P5-TA-2001-0055+0+DOC+XML+V0//PT&language=PT>. Acessado em 29. ago.2008

⁸ **Plan Colômbia.** Disponível em: http://www.plancolombia.gov.co/contenido/plan_colombia. Acessado em 29. ago. 2008

⁹ NASCIMENTO, Paulo César, Op. cit., p. 16.

¹⁰ A Human Rights Watch é uma organização não-governamental, que busca tutelar os direitos humanos, combatendo a discriminação e garantindo a liberdade política. Possui renomada atuação internacional, elaborando relatórios sobre a proteção e desenvolvimento dos direitos humanos em diversos países, sobretudo os emergentes. Destaca-se a influência política que a organização possui, inclusive para pressionar governos que não estejam efetivando a garantia de ditos direitos e/ou entidades internacionais para que em ações diretas ou indiretas, incitem a aplicação dos direitos.

¹¹ CHOMSKY, Noam. O império Americano – hegemonia ou sobrevivência. p. 64

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

forma correspondente, é o Estado que mais recebe ajuda financeira dos Estados Unidos como forma de auxílio à democracia e o respeito aos direitos do homem, como afirmou o governo norte-americano, quando da aprovação do Plano Colômbia.

Outro ponto de discussão da atividade do Plano Colômbia é justamente o apoio recebido de grupos paramilitares conhecidos como Autodefensas Unidas de Colômbia (AUC), que obtém recursos através do tráfico de drogas. Desse modo, fica claro o interesse por parte das forças paramilitares em aproveitar-se das operações para destruírem as bases de apoio da guerrilha e controlarem as plantações de coca sob controle das FARC.¹²

Diante das dimensões que o Plano atinge, fica em cheque a questão da soberania estatal do Governo colombiano, que ao apoiar essa nova releitura do Plano Colômbia, esvazia sua obrigação de zelar pela segurança e pelos direitos da cidadania sem violência¹³. Ademais, fica claro que o alvo do plano reside num falso discurso de erradicação do narcotráfico dos países do sul, desenvolvendo um estado de ingerência, *de um direito sem fronteiras. Deve ficar claro que a sociedade amazônica deve estar ciente que tal plano é o início do estilhaçamento do princípio da soberania*¹⁴.

Ante dos desígnios dessa nova cartilha rezada pelo governo colombiano fica delineado a que veio o Plano Colômbia. Todavia, os governos parte dos países amazônicos, logo no início desse novo direito de ingerência que aflora na região, desconheciam os impactos que esse poderia causar sobre as democracias da América Latina. Tanto que a conclusão a respeito da pesquisa realizada no ano de 2002 pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC), pelo menos por parte do Brasil, fica claro que *a discussão sobre os efeitos do Plano Colômbia para o Brasil é incipiente no congresso nacional*, sendo uma amostra clara que os parlamentares brasileiros não estão preparados para em seus mandatos desempenharem com qualidade debates acerca de assuntos internacionais.¹⁵

Com efeito, resta claro o despreparo do congresso brasileiro para enfrentamentos a respeito das conseqüências do plano, principalmente na biodiversidade amazônica bem como para a sociedade brasileira. Passados alguns anos da pesquisa realizada, o enfrentamento por parte do governo ao impasse dos países amazônicos é pauta na presidência da república ao apontar os conflitos irrompidos pelo Plano

¹², Ibid., p.17.

¹³ PROCOPIO, Argemiro. **Estado, soberania e Plano Colômbia** in Tempo e Presença, Rio de Janeiro, v. 23, n. 318, , jul./ago. 2001. p.15

¹⁴ PROCOPIO, Argemiro. *Op. cit.*, p.15

¹⁵ NASCIMENTO, Paulo César. *Op. cit.*, p, 49

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

Colômbia, junto aos seus países fronteira, como a fumigação de glicosato em território equatoriano ou quando denuncia o massacre em primeiro de março em território equatoriano de civis presentes no acampamento de Raúl Reyes¹⁶. Demonstrando a abertura do Governo colombiano em alimentar *uma estratégia imperial de Guerra Regional*.¹⁷

O que deve ficar vivo é à proporção que o plano Colômbia alcançou na América Latina, sendo fundamental o entendimento das reais intenções do combate ao narcotráfico na região amazônica. Apesar de sabermos que ela é necessária, o que se vem buscando nas realizações do Plano Colômbia, na realidade, são ingerências de uma hegemonia política clara nessa *peleja antinarcótica globalizada sob a tutela dos Estados Unidos da América*.¹⁸ Para tanto, ainda que disseminada a intensidade com que os Estados Unidos utilizam a ingerência para com os outros Estados, depois dos ataques terroristas de 2001, a intervenção americana, seja por influência divina, seja por proteção aos ditos interesses dos continentes americanos, não pode ser considerado como um fato novo ou incomum na história das relações internacionais estadunidenses.¹⁹

Atente-se para o próprio discurso do Governo americano que entende uma vitória contra o narcotráfico a morte por parte do exército colombiano dos líderes das FARC em meados desse ano, por mais que os mesmos tenham ocorrido em território alheio.²⁰ O discurso é velho e já utilizado para administração de ingerências como a que

¹⁶ Raul Reyes (1948-2008), cujo nome verdadeiro era Luis Edgar Devia Silva era considerado o número dois dentro das FARC. Seu ingresso na luta armada aconteceu nos anos 70 após militar no sindicalismo. Foi figura importante durante o processo de negociação de paz entre a guerrilha e governo durante a presidência de Andres Pastrana, sendo o principal porta voz da guerrilha. Foi assassinado em território equatoriano em primeiro de março de 2008, vítima de uma operação militar do exército colombiano. **Equador investigará operação que matou número dois das FARC**. Disponível em <http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u377620.shtml>. Acessado em: 29. ago. 2008.

¹⁷ Golinger, Eva. **Washington promove cenário de conflito na América do Sul**. Disponível em: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/noticias/clipping/noticias/assunto14/mi4jun2c/view?searchterm=plano%20colômbia. Acessado em 29.ago.2008.

¹⁸ PROCOPIO, Argemiro,. Op. cit. p. 17.

¹⁹ Para demonstrar a política comum de intervencionismo dos Estados Unidos, Maurice Lemoine afirma que *“Sem se preocupar muito com a credibilidade de suas justificativas, os Estados Unidos efetuaram uma intervenção militar em Porto Rico, em 1824, na Argentina, em 1831, no México, em 1845 e 1847, na Nicarágua, em 1857, e, em 1860, na província do Panamá e novamente na Nicarágua. A ponto de levar os governos do Chile, da Bolívia, do Equador, de Nova Granada (Colômbia) e do Peru a se reunirem em Lima, em 1847, para examinar os problemas criados por esse intervencionismo”*. Le Diplomatie, maio de 2003. Disponível em http://dipl.uol.com.br/2003-05_a649. Acessado em 10.09.2008

²⁰ Kellerhals Jr., Merle D., **Grupo terrorista FARC sofre reveses devastadores** .Disponível em: <http://usinfo.state.gov/xarchives/display.html?p=washfiles spanish&y=2008&m=July&x=20080724103809pii0.7874872>. Acessado em: 28.ago.2008.

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

ocorre na Colômbia, leia-se as intervenções americanas em território Iraquiano, sob o pretexto da guerra contra o terrorismo.

Ao fim, fica sinalado novamente o contexto interno/internacional que atinge a Colômbia durante a efetivação do plano, ou seja, dentro de uma estratégia de crescente globalização e unipolaridade sob comando da hegemonia das políticas antiterroristas estadunidenses. E, conseqüentemente, a um panorama interno de descrédito político diante de um crescente autoritarismo interiorizado em importantes setores da sociedade que levam a comportamentos de exclusão e tendências antidemocráticas²¹.

Com efeito, cumpre estudar como a soberania foi abalada com o Plano Colômbia num estado efetivo de ingerência que afeta principalmente civis sob o comando de milhões de dólares dirigidos a um plano baseado na justificativa do combate ao narcotráfico.

3. Os efeitos do Plano Colômbia

As medidas adotadas pelo Plano Colômbia, quando da sua criação, previam ações que afetam diretamente a estrutura do país, uma vez que o combate ao narcotráfico implica a reestruturação econômica geral, especialmente no que atine à parcela da população que garante sua subsistência graças às plantações de coca²². Além disso, o abandono das negociações com as FARC impõe mudanças políticas e sociais consideráveis, devido à popularidade da guerrilha, que detém quase 50% do território colombiano²³, especialmente no Sul do país, na fronteira com o Equador.

No plano externo, são evidentes os impactos causados pelo Plano Colômbia, desde sua gênese até os dias atuais, principalmente nos países com que a Colômbia faz fronteira; o deslocamento da produção e plantação de coca e a intromissão dos Estados Unidos nos assuntos dos países latino-americanos são alguns dos tópicos passíveis de levantamento.

3.1 Efeitos Internos

²¹ VELÁSQUEZ, Alejo Vargas. **El gobierno de Álvaro Uribe: proyecto y resultados. Políticas, estrategias y doctrinas** in Revista Nueva Sociedad. n° 192. Jul/Ago 2004 p.85-97. Disponível em: http://www.nuso.org/upload/articulos/3210_1.pdf. Acessado em: 25 .ago.08.

²² Estima-se que pelo menos 4 milhões e meio de colombianos, no ano de 2003, estavam envolvidos direta ou indiretamente nos cultivos ilícitos. In VALENCIA, León. A Colômbia no início do século. p. 134-135

²³ Plano colômbia : perspectivas do parlamento brasileiro. Brasília: Inesc, 2002. p. 16

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

A implementação do Plano Colômbia acentuou a luta ou polarização²⁴ de classes, responsável por grande parte do conflito armado colombiano gerando um fenômeno chamado de *direitização*²⁵ da população civil, que passou apoiar as Forças Armadas colombianas, ignorando as transformações no Estado de Direito que acarretam, em última instância, a perda de garantias fundamentais instituídas pela Carta Magna²⁶ do país.

As perdas das referidas garantias fundamentais são materializadas no *terrorismo de Estado contra a esquerda e na criminalização dos protestos sociais*²⁷, entre outras ações intensificadas no decorrer do Plano Colômbia, que explicam o apoio da população, por exemplo, no ano de 2002, ao término dos diálogos de paz entre governo e guerrilha²⁸

Entretanto, o rompimento das negociações entre Pastrana e as FARC não solucionou o problema do conflito colombiano. Ao contrário, intensificou o clima de guerra civil, gerando um terceiro poder nesse embate, que são as forças paramilitares²⁹, ocasionando confusão na identificação do *inimigo interno*³⁰, que, por vezes, são as guerrilhas, e em outras, ainda que num caráter meramente formalista³¹, os grupos paramilitares.

²⁴ ANZOLA, Libardo Sarmiento. **Plan Colombia, conflicto e intervención.** In Nueva Sociedad, v. 172, mar/abr 2001, Caracas. P. 23

²⁵ Tradução livre para *derechización*. Idem, p.23

²⁶ A Constituição Colombiana foi promulgada em 1991, sendo conhecida como a Carta Cidadã, por garantir diversos direitos sociais, acompanhando as mudanças das Cartas Constitucionais latino-americanas, como a do Brasil, em 1988, que visavam à proteção dos direitos mencionados.

²⁷ ANZOLA, p. 25

²⁸ ANZOLA, p. 25

²⁹ O principal grupo paramilitar da Colômbia chama-se *Autodefesas Unidas da Colômbia* – AUC, criadas oficialmente em 1997, e derivadas de uma cooperativa legal chamada CONVIVIR, formada por fazendeiros e ex-militares nos moldes de uma guarda municipal ou cidadã, combatentes explícitos das FARC e outras guerrilhas de esquerda. No entanto, questiona-se os objetivos atuais do grupo, vez que, da mesma forma que as FARC, são parcialmente financiadas pelo narcotráfico. Além disso, o grupo é acusado de violar sistematicamente os direitos humanos, incorrendo em crimes de extermínio, tráfico, e até mesmo terrorismo. Outro fator bastante discutido é a estreita conexão entre os paramilitares e o Estado colombiano, tem sido afirmado que o governo apoiaria, inclusive financeiramente, as AUC. Sobre o assunto: JARAMILLO, Daniel García-Peña. **La relación del estado colombiano con el fenómeno paramilitar: por el esclarecimiento histórico.** Análisis Político, n° 53: Bogotá, jan/mar 2005.

³⁰ O conceito de inimigo interno decorre da “*Doctrina de la Seguridad Nacional*” utilizada pelas Forças Armadas Colombianas, ao classificarem as guerrilhas de esquerda e justificarem o caráter bélico do combate às ações terroristas das FARC. In ANZOLA, Libardo Sarmiento. **Plan Colombia, conflicto e intervención.** In Nueva Sociedad, v. 172, mar/abr 2001, Caracas. p. 26. Importante atentar para a semelhança dessa doutrina com a das adotadas pelo governo americano durante a Guerra Fria.

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

Dessa forma, pode-se afirmar que o Plano Colômbia, ao invés de oferecer uma saída ao conflito interno, que seria o almejado desde sua criação, acabou por debilitar ainda mais um Estado já fragilizado e por expandir o conflito interno, criando uma terceira relação – paramilitarismo – que, por sua vez, imprime maior complexidade ao problema.

No entanto, o efeito mais preocupante do Plano Colômbia segue sendo o deslocamento forçado, tanto interno³² como externo, decorrente da guerra instaurada no país entre governo, guerrilha e paramilitares, especialmente na região sul do país. As fumigações aéreas realizadas pelo governo colombiano, os cartéis do narcotráfico³³, a violência, a insegurança e a falta de estruturas mínimas de moradia, visto que são áreas atingidas diretamente pela guerra, fazem com que milhares de colombianos abandonem suas casas em busca de melhores condições de vida.

Diante da magnitude do problema dos refugiados, o governo colombiano, por meio da *Red de Solidaridad Social de la Presidencia de la República – RSS*, desenvolveu um cadastro denominado de Sistema Único de Registro – SUR, em que a população deslocada inscreve-se com o escopo de perceber a ajuda estatal³⁴, contando, em julho de 2003, com 1,148,696 pessoas inscritas³⁵. Ainda assim, o próprio governo colombiano atesta a existência de uma lista informal de pessoas refugiadas que não estão cadastradas no sistema, levando a estimativa de 2 milhões de refugiados³⁶, no ano de 2003.

Cumprе salientar que, desde 1985, existem registros acerca do deslocamento da população civil frente ao conflito interno colombiano, sendo múltiplas as suas causas. Porém, é inegável o seu vertiginoso aumento desde a aplicação do Plano Colômbia e isso se deve, principalmente, ao aumento da violência gerada pelos atores armados e pelas fumigações aéreas praticadas pelo governo.

³¹ Há inúmeras pesquisas que vinculam os grupos paramilitares de extrema direita com o Exército colombiano. Nesse sentido, consultar: JARAMILLO, Daniel García-Peña. La relación del estado colombiano con el paramilitarismo. In *Análisis Político*, nº 53, ene/mar 2005. Bogotá.

³² Dados revelam que a Colômbia é o quarto país no mundo em número de refugiados internos. In ANZOLA, p. 30

³³ Nota-se que os cartéis de narcotráfico não são considerados sujeitos armados do conflito, pois estão ligados ou às guerrilhas ou aos grupos paramilitares, eis que os narcotraficantes pagam uma espécie de pedágio ou imposto a quem tiver domínio da área de produção dos cultivos.

³⁴ FORERO, Edgar. El desplazamiento interno forzado em Colombia. P. 2. Disponível em http://www.ideaspaz.org/eventos/download/edgar_forero.pdf. Acessado em 20.09.2008.

³⁵ FORERO, *ibid*, p. 2

³⁶ FORERO, *ibid*, p. 3

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

O deslocamento ultrapassa os limites internos, trazendo o conflito à dimensão internacional, como fruto do fracasso das tratativas de paz entre Estado e insurgentes, e como retrato das políticas dos governos colombiano e americano, manifestadas por meio do Plano Colômbia:

como tragédia humanitária, o deslocamento é um dos indicadores mais eloqüentes das dinâmicas de reprodução e reestruturação de um conflito armado e social, com profundo arraigo histórico e sem possibilidade de solução por vias da força³⁷.

O aumento da violência é também fator substancial resultante do Plano. À medida que as ações do governo contra as guerrilhas cresceram, os números de ataques da guerrilha ao governo e ao paramilitares também aumentaram, gerando um embate em que os sujeitos do conflito medem forças sistematicamente, sem alterar, contudo, o *status* do conflito: a mais atingida é a população civil.

O desemprego é outra implicação do Plano Colômbia. As fumigações aéreas privam milhares de pessoas de suas fontes de renda, pois acabam por tornar o solo inútil para a agricultura. Destarte, tanto os produtores de cultivos ilícitos de coca e amapola, como os demais agricultores, perdem sua ferramenta principal, isto é, o solo.

Em resposta ao problema, muitos agricultores plantam mais hectares do que o necessário, para se prevenirem de possíveis fumigações e conseqüentes perdas, e quando tem suas plantações fumigadas abandonam o local, buscando emprego nas cidades e com isto ensejando o desequilíbrio econômico do êxodo rural, ou gerando novas plantações, não raro implicando maior devastação da selva amazônica.

3.2 Os efeitos externos

O Plano Colômbia aporta diversos reflexos na América Latina, sobretudo em países vizinhos, com os quais a Colômbia tem fronteiras. Neste caso, o Brasil é um dos maiores afetados, já que sua fronteira com o Estado colombiano se estende por mais de 1.500km³⁸, dos quais a maioria faz parte da Floresta Amazônica.

³⁷ Tradução livre para “Como tragedia humanitaria, el desplazamiento es uno de los indicadores más elocuentes de las dinámicas de reproducción y reestructuración de un conflicto armado y social, con profundo arraigo histórico y sin posibilidades de solución por las vías de la fuerza”. ROMERO, Marco Alberto. Desplazamiento forzado, conflicto y ciudadanía democrática. In TRUJILLO, Beatriz Peña (Org.) Destierros y desarraigados. Bogotá: 2003. P.181.

³⁸ Plano colômbia : perspectivas do parlamento brasileiro. p. 38

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

Não obstante, a maior preocupação quanto às conseqüências do Plano no continente é o acréscimo da presença militar dos Estados Unidos na América Latina. Sob a justificativa de combater o narcotráfico, os americanos instalaram bases militares na Bolívia e no Peru³⁹, além, obviamente, na própria Colômbia.

Quando da aprovação do projeto no Congresso norte-americano, com aporte financeiro no valor de 1,3 bilhão de dólares, o próprio governo americano limitou a participação de militares e civis na Colômbia⁴⁰. Entretanto, o presidente colombiano Álvaro Uribe requisitou o aumento do limite de militares e civis de nacionalidade estadunidense, o que foi acatado pelo presidente George W. Bush.

Ainda assim, a própria limitação é burlada facilmente, tendo em vista que muitas empresas americanas que prestam serviços de inteligência e logística para o governo colombiano optam por enviar funcionários de outras nacionalidades⁴¹. Portanto, independente do número legal de militares autorizados a permanecer na Colômbia, a presença do Exército americano é indubitável??? Não entendi, pq indubitável?.

Questiona-se quais são os verdadeiros interesses americanos na Colômbia e nos demais países sul-americanos ao financiar o Plano Colômbia, considerando a recorrente política imperialista e intervencionista dos Estados Unidos:

o Plano Colômbia seria parte de uma nova investida dos EUA, que teria por objetivo criar uma nova base militar latino-americana, tendo como inimigo declarado o narcotráfico substituído pelo antigo fantasma do comunismo.⁴²

O tráfico de drogas poderia servir como pretexto para que os norte-americanos intervissem em todo o continente latino-americano. É justificável tal inquietude caso consideremos as reservas de petróleo presentes na Venezuela e Colômbia, e as diversas reservas biológicas e minerais do continente, especialmente na região amazônica.

Outro fator estimado como conseqüência do Plano é o aumento da violência nos países vizinhos. Com o avanço da violência no setor interno, as guerrilhas cruzam as fronteiras no intuito de escapar às ações militares e paramilitares⁴³, construindo bases de

³⁹ RIPPEL, Márcio Pereira. Os efeitos do Plano Colômbia nos países sul americanos. In Revista da Escola de Guerra Naval. P. 89

⁴⁰ RIPPEL, p. 89

⁴¹ RIPPEL, ibid, p. 89

⁴² INESC, ibid, 39

⁴³ RIPPEL, ibid, 92

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

apoio logísticos e operacionais nesses países. A transposição de fronteiras gera impactos a todos os países fronteiriços, como é o caso do Brasil que, no ano de 2000, em virtude das ameaças ao território brasileiro, teve um acréscimo de 314% com gastos militares no orçamento da União, que foram concentrados no Programa SIVAM – Sistema de Vigilância da Amazônia⁴⁴.

Portanto, o que se nota é um incremento da presença militar americana no continente e um aumento das atividades militares por parte dos próprios países latino-americanos, gerando instabilidade política, econômica e social. Além disso, fragilizam-se as relações diplomáticas entre os países, que passam a ser permeadas pela insegurança.

Ademais, além dos fluxos migratórios dentro da Colômbia, tem sido registrada uma aceleração no fluxo imigratório para diversos países como Venezuela, Panamá, Costa Rica e principalmente, Equador – país que mais recebe imigrantes colombianos.

4. Considerações finais

Por fim, necessário deixar claro que a idéia central desse artigo é levantar dúvidas e questionamentos a partir do marco teórico da soberania e a ingerência sob a ótica do Plano Colômbia. Ainda que não existam soluções corretas sobre os rumos que a política nacional colombiana possa tomar, o combate às drogas não pode ser utilizado como hegemonia de poder como demonstrado no Plano Colômbia⁴⁵.

Portanto, imperativo pensar em como os países amazônicos, através de uma política regional de integração, poderiam criar instrumentos coletivos e ações eficazes no combate as drogas, sem falar no tráfico de armas e na questão dos refugiados e na militarização das fronteiras. O que fica claro é que as tarefas a serem realizadas são árduas. A reflexão cabe principalmente ao conselho de defesa sul americano, proposto quando da criação da União das Nações Sul Americanas (UNASUL)⁴⁶, pois o que aqui

⁴⁴ INESC, *ibid*, p. 7

⁴⁵ PROCOPIO, Argemiro., *Op. cit.*, p. 17

⁴⁶ Necessário, esclarecer o que é a UNASUL (União das Nações Sul Americanas). Esse novo organismo internacional reúne os doze países da América do Sul e visa aprofundar a integração da região. O projeto de criação da UNASUL surgiu em reunião regional datada do ano de 2004, em Cusco, no Peru, sendo um dos principais objetivos do Tratado a integração física, energética e social da região. Em verdade, o projeto da UNASUL é pautado no progresso da integração das nações sul - americanas, no sentido de que propõe o seu funcionamento como organismo internacional, com medidas conjuntas. O seu preâmbulo já leciona as intenções: “RATIFICANDO que tanto a integração quanto a união sul- americanas fundam-se nos princípios basilares de: irrestrito respeito à soberania, integridade e inviolabilidade territorial dos Estados; autodeterminação dos povos; solidariedade; cooperação; paz; democracia, participação cidadã e pluralismo; direitos humanos universais, indivisíveis e interdependentes; redução das assimetrias e

IV Congreso de Relaciones Internacionales

La Plata, República Argentina, 26, 27 y 28 de noviembre de 2008

Séptimas Jornadas de Medio Oriente

se trata, além da questão da soberania Colômbia, é a ameaça concreta a seguridade regional sul americana.

harmonia com a natureza para um desenvolvimento sustentável” (grifei) Preâmbulo, Tratado Constitutivo da União das Nações Sul- Americanas, Brasília, 23 de maio de 2008. Disponível em http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp? ID_RELEASE=5466. Acessado em 23 de junho de 2008.